

Finanças Públicas

Ano letivo 2024-25, 2.º semestre, TA

Regência: Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral

Equipa: Alexandra Pessanha, Paulo Marques e Patrícia Ponte Bastos

Programa

Parte I – Aspetos introdutórios das Finanças Públicas

1. Conceito de finanças públicas
2. Instrumentos das finanças públicas e variáveis orçamentais
 - 2.1. Instrumentos das finanças públicas: apresentação e remissão; despesa pública e a Lei de Wagner
 - 2.2. Variáveis orçamentais: apresentação e remissão
3. Sector público e perímetros orçamentais nos vários subsectores institucionais (central, regional e local)
 - 3.1. Sectores públicos à luz da contabilidade pública e da contabilidade nacional
 - 3.2. Perímetro orçamental e reclassificação de entidades públicas
 - 3.3. Independência orçamental versus desorçamentação
4. Aspetos filosóficos das Finanças Públicas:
 - 4.1. O contratualismo constitucional: de Rousseau a Rawls, passando por Buchanan
 - 4.2. Finanças Públicas e modelos de sociedade: graus de liberdade; igualdade e equidade; concepções de justiça
5. Recordando Musgrave: da micro e macroeconomia à filosofia nas finanças públicas

Parte II – Microeconomia e Finanças Públicas

1. Finanças públicas e a noção de restrição orçamental
2. A dimensão jurídica da restrição orçamental: direitos fundamentais, políticas públicas e a 'reserva do financeiramente possível'
3. A restrição orçamental intertemporal e a questão da sustentabilidade das finanças públicas
4. As finanças públicas e o mercado: falhas de mercado e sua correção

Parte III – Macroeconomia e Finanças Públicas: a política orçamental

1. Variáveis macroeconómicas
2. Do curto ao longo prazo na economia e o debate na teoria económica: keynesianismo versus correntes neoclássicas

3. Os dois braços das políticas macroeconómicas: política monetária e política orçamental
4. Estabilização macroeconómica:
 - Políticas contracíclicas e a pró-ciclicidade
 - Estabilizadores automáticos e políticas discricionárias (o caso do investimento público)
 - Consolidação orçamental expansionista
 - A 'austeridade' e os seus efeitos: a ação dos multiplicadores; efeitos 'neoclássicos' de longo prazo
5. Economia política das finanças públicas: do modelo de Estado 'benevolente' ao Estado 'leviatão' – identificação das falhas de governo
6. O enviesamento expansionista da política orçamental e instrumentos de contenção:
 - Ciclo político-eleitoral e efeitos sobre a receita e despesa pública
 - A contenção: regras em vez de discricionariedade; da política à tecnocracia

Parte IV – O quadro europeu das finanças públicas

1. União Económica e Monetária (UEM) e a razão de ser do sistema de regras orçamentais
2. Política orçamental na área do euro: reduto de soberania crescentemente condicionado
3. Dos critérios de convergência nominal à versão PEC 5.0
 - 3.1 Critérios de convergência nominal e a adoção do euro
 - 3.2 O Pacto de Estabilidade e Convergência: vertentes preventiva e corretiva
 - 3.3 PEC 2.0 (a reforma de 2005): regras orçamentais e o ciclo-económico
 - 3.4 PEC 3.0 (as reformas de 2011 e 2013): a crise das dívidas soberanas e o reforço do sistema de regras
 - 3.5 PEC 4.0 (2015): a flexibilização do PEC
 - 3.6 PEC 5.0 (2024): o novo quadro de governação económica – *quo vadis* Europa?
4. O debate em torno da criação de uma 'capacidade orçamental' na União Europeia e o papel do Orçamento Europeu

Parte V – O quadro jurídico nacional das finanças públicas

1. A Constituição portuguesa
2. A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e a sua evolução
 - Até 2001
 - A partir de 2001: a lei de estabilidade orçamental e o alinhamento crescente das regras orçamentais portuguesas com as europeias
 - O contexto da atual LEO (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro): crise de dívida soberana e da balança externa; assistência financeira pela 'Troika';

- consolidação orçamental; o reforço do sistema de regras e a criação do Conselho das Finanças Públicas
3. A natureza jurídica da LEO e a sua relação com a Constituição
 4. O objeto da LEO: o Orçamento do Estado e o seu ciclo de vida
 5. A sistemática da LEO
 - Regras orçamentais: regras clássicas e novas regras orçamentais
 - Processo orçamental
 - Conteúdo do OE
 - Execução e alterações orçamentais
 - Contabilidade, relato e fiscalização orçamental
 6. O sistema de vinculações do OE
 7. A difícil relação 'paramétrica' entre a LEO e o OE no quadro constitucional português: principais entropias
 8. Nota final para as leis financeiras dos subsectores institucionais e para as leis de enquadramento dos orçamentos das Regiões Autónomas

Parte V – Instrumentos das finanças públicas

1. Orçamento do Estado
 - 1.1. Definição e funções
 - 1.2. A dimensão política e técnica do OE
 - 1.3. Garantias de estabilidade do quadro orçamental: o papel da 'lei-travão'
 - 1.4. OE e os instrumentos de programação orçamental: o cenário macroeconómico de médio prazo subjacente aos principais documentos orçamentais; os programas de estabilidade; a lei das opções em matéria de planeamento e o quadro plurianual de despesa pública
 - 1.5. A natureza jurídica da Lei do OE e particularidades do seu conteúdo
 - 1.6. O ciclo de vida do OE
 - Elaboração e organização
 - Aprovação
 - Execução e alterações
 - Fiscalização
2. Receitas públicas
 - 2.1. Noção, objetivos e modalidades de receitas públicas
 - 2.2. Em especial, as receitas tributárias
 - As receitas tributárias e (de novo) as funções financeiras de Musgrave: a eficiência, a redistribuição económica e a estabilização macroeconómica por detrás dos tributos
 - Princípios de tributação e bem-estar social: política fiscal e a (im)possibilidade de um sistema fiscal 'ótimo'
 - Carga fiscal e economia; taxas standard e taxas efetivas de tributação; finalidades fiscais e extrafiscais dos tributos; o papel dos benefícios sociais

- Modalidades de tributos e respetivos pressupostos de tributação: capacidade contributiva versus benefício; 'gratuidade' versus contributividade
 - O peso das receitas tributárias em geral e de cada uma em especial no financiamento do Estado português: o papel cimeiro do imposto geral sobre o consumo; o papel intermédio da tributação do rendimento; a importância crescente das 'novas' contribuições financeiras
 - O caso particular das contribuições sociais e o financiamento do sistema de segurança social
3. Despesas públicas
 - 3.1. Noção e modalidades de despesas públicas
 - 3.2. A despesa pública enquanto transferência de recursos para diversos outros sectores: transferências para entidades dentro e fora do perímetro
 - 3.3. Despesa pública por funções do Estado
 - 3.4. Despesas rígidas/permanentes e o seu peso na despesa pública total; o condicionamento de medidas novas, em especial no investimento público
 - 3.5. Orçamentação e gestão da despesa pública
 - Modelos de orçamentação da despesa pública: do 'incrementalismo' ao desempenho orçamental – os orçamentos de programas
 - Instrumentos de gestão da despesa pública: técnicas de gestão por objetivos; o papel da revisão da despesa; da eficiência à qualidade da despesa pública
 - A orçamentação temática: verde, de género, para os objetivos de desenvolvimento sustentável.
 - Legalidade e mérito da despesa pública: a efetivação dos mecanismos de controlo; a revisão da despesa (*Spending Review*)
 4. O património do Estado
 - 4.1 Modalidades de património
 - 4.2 Bens de domínio público e privado
 - 4.3 O regime do património público
 - 4.4 Gestão do património e receitas patrimoniais
 5. Contabilidade e sistemas contabilísticos no Estado
 - 5.1. Noção de contabilidade
 - 5.2. Sistemas contabilísticos aplicáveis às entidades públicas
 - Contabilidade financeira, pública e nacional (o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais)
 - Base de caixa e base de acréscimo
 - 5.3. A Entidade Contabilística Estado
 - 5.4. Noção de consolidação de contas

Parte VI – Variáveis e riscos orçamentais

1. Saldo orçamental
 - 1.1 Noção de equilíbrio orçamental
 - 1.2 O equilíbrio orçamental na história das Finanças Públicas
 - 1.3 Saldos orçamentais à luz das diferentes óticas contabilísticas
 - 1.4 A abordagem europeia dos saldos orçamentais: saldo estrutural e o objetivo orçamental de médio prazo
 - 1.5 O princípio da estabilidade orçamental e a sua concretização na LEO
2. Dívida pública
 - 2.1. A dívida pública enquanto forma de financiamento do Estado
 - 2.2. Conceito de dívida pública e conceitos afins; dívida pública à luz das diferentes óticas
 - 2.2. Evolução da dívida pública em Portugal: identificação dos períodos mais importantes na história recente
 - 2.3. Sustentabilidade e a equação da dinâmica da dívida: o efeito dinâmico; o saldo primário; o ajustamento défice-dívida
 - 2.4. A ‘análise da sustentabilidade da dívida’ à luz do novo quadro de governação económica europeia
 - 2.5. Principais instrumentos financeiros de dívida pública segundo diferentes critérios
 - 2.6. Emissão e gestão da dívida pública: opções políticas e aspetos técnicos; o papel da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública
 - 2.7. O regime jurídico da dívida pública na ótica da contabilidade pública: a Constituição e a lei da dívida pública
3. Riscos orçamentais
 - 3.1. Noção de riscos orçamentais; riscos versus pressões orçamentais
 - 3.2. A relação entre riscos orçamentais e a sustentabilidade das finanças públicas
 - 3.3. Modalidades de riscos orçamentais à luz da taxonomia da OCDE:
 - Riscos macroeconómicos
 - Riscos relacionados com políticas e programas orçamentais
 - Responsabilidades contingentes
 - Riscos de balanço do Estado

Parte VII – Controlo orçamental e supervisão da política orçamental

1. Formas de controlo orçamental
2. O Tribunal de Contas
 - 2.1. O papel do Tribunal de Contas nas finanças públicas portuguesas
 - 2.2. A natureza do Tribunal de Contas e as suas funções
 - 2.3. Âmbitos de jurisdição do Tribunal de Contas
 - 2.4. Fiscalização prévia, concomitante e sucessiva, e seus principais instrumentos – apreciação crítica da classificação consagrada
 - 2.5. Prestação de contas e as novas regras de normalização contabilística aplicáveis às administrações públicas (o SNC-AP)

- 2.6. A Conta Geral do Estado e o parecer do Tribunal de Contas
- 3. Supervisão da política orçamental: o Conselho das Finanças Públicas
 - 3.1 O sistema dual de supervisão da política orçamental: o CFP e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO)
 - 3.2 A importância do princípio da transparência orçamental
 - 3.3 O CFP enquanto instituição orçamental independente: princípios estruturantes, missão e atribuições
 - 3.4 Perspetivas de evolução no quadro da reforma da governação económica europeia

Bibliografia principal:

Cabral, N.C. & Martins, G.W.O (2024, reimpressão). *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, A.A.F.D.L.: Lisboa

Adicional:

Catarino, J.R. (2023). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

Franco, A.L. (2015). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Vols. I e II, Almedina: Coimbra

Gameiro, A.R., Moita, B. & Moita, N. (2018). *Finanças Públicas*, Almedina: Coimbra

Gameiro, A.R., Costa, N.M. & Pimentel, L.M. (2020). *As Finanças Públicas e o seu Controlo*, Almedina: Coimbra

Martins, M. O. (2023). *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

Ferreira, E.P. (2020). *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina: Coimbra

Pereira, P.T. *et al.* (2022). *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora.

Ribeiro, J.J. Teixeira (2010). *Finanças Públicas*, Coimbra Editora.

Sarmiento, J.M. (2016). *Manual de Finanças Públicas e de Contas Nacionais no Setor das Administrações Públicas*, Almedina: Coimbra

Restante informação sobre a disciplina será dada através do Moodle.

